



Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF.

CRISTIANO ZANIN TOMA POSSE COMO MINISTRO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

O ministro **Cristiano Zanin tomou posse como novo ministro do Supremo Tribunal Federal** nesta quinta-feira (03). Indicado por Luiz Inácio Lula da Silva, o novo ministro ocupará a cadeira deixada por Ricardo Lewandowski, que se aposentou em abril. A cerimônia foi presidida pela ministra Rosa Weber, com a presença de Lula, dos presidentes da Câmara e do Senado, Arthur Lira (PP/AL) e Rodrigo Pacheco (PSD/MG), do governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB/DF), e de representantes da Ordem dos Advogados do Brasil, da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral da República.

As expectativas para a atuação de Zanin são de que o ministro será garantista e promoverá a defesa de direitos individuais. Na ocasião de sua sabatina, realizada no dia 21 de junho, fundamentou seu discurso no respeito à Constituição e no papel do Congresso na discussão dos temas. afirmou que o Supremo Tribunal Federal não deveria “legislar” sobre a questão do aborto e das drogas e colocou-se a favor do casamento homoafetivo, o qual considera um direito fundamental. Zanin será ministro do Supremo Tribunal Federal até 2050, quando completa 75 anos.



“Desejo muita felicidade no exercício da jurisdição constitucional. Estou convicta de que Vossa Excelência, com sua cultura jurídica, preparo técnico, experiência e extrema lhanza, enriquecerá sobremaneira esse colegiado”

Rosa Weber,
Ministra do STF



“Tomou posse hoje, como ministro do STF, o Dr Cristiano Zanin, jurista de verificado compromisso com a defesa do Estado Democrático de Direito no Brasil e de comprovado saber jurídico. Desejo sucesso ao ministro Zanin em sua honrosa empreitada, zelando pela integridade de nossa Constituição, “o documento da liberdade, da dignidade, da democracia, da justiça social do Brasil”, como dizia Ulysses Guimarães”

Geraldo Alckmin,
Vice-Presidente do Brasil

REFORMA MINISTERIAL E “SEMANA LENTA” NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

O **Congresso Nacional retomou as atividades nesta segunda-feira (31/07).**

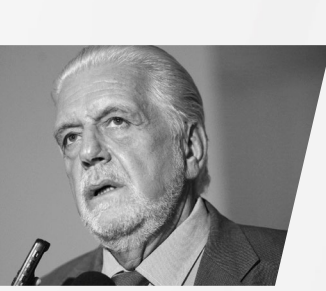
Entretanto, algumas proposições prioritárias do Governo Federal não foram pautadas pelo Presidente da Câmara, Arthur Lira (PP/AL). Especula-se que motivo para isso seria que ainda não houve acordo por parte do governo sobre quais ministérios serão entregues ao PP e ao Republicanos, apesar de tal informação ter sido negada pelo Presidente da Câmara, o qual afirma que o Arcabouço não foi votado por falta de consenso entre as lideranças. Além disso, o Palácio do Planalto também está de olho na Federação PSDB-Cidadania, que conta com 18 deputados. Para o grupo, membros do governo Lula estudam dar cargos secundários.

A pauta prioritária do governo é o **Arcabouço Fiscal**, que retorna à Câmara dos Deputados para apreciação após as mudanças no Senado Federal. O governo precisa da aprovação do Arcabouço para haver espaço fiscal para o lançamento do novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que está previsto para o dia 11 e já fora adiado uma vez.



“Eu não quis pautar porque não tem ainda consenso. Eu não posso botar uma pauta em que o relator não conversou com os líderes e que nós não discutimos ainda as alterações do Senado. Isso é natural. Isso é normal e nós temos prazo. Não há nenhum tipo de corresponsabilidade e de relação com o calendário do Arcabouço e a possível modificação ou formação mais sólida por parte do governo da sua base parlamentar”

Arthur Lira (PP/AL),
Presidente da Câmara dos Deputados



“A decisão da inclusão do PP e Republicanos na base do Poder Executivo já está tomada e o problema (agora) é desenhar a engenharia. É sempre mais difícil, mais incômodo, quando você faz essas coisas. Se fosse uma reforma ampla, isso a gente faz com um ano, com avaliação, aí encaixa todo mundo. Como ela não é ampla, ela é específica para um determinado fim, que é correto, para tentar ampliar a base tanto no Congresso, quanto na Câmara. Evidentemente para dar, você tem que tirar. E para tirar é sempre confusão”

Jaques Wagner (PT/BA),
Líder do PT no Senado

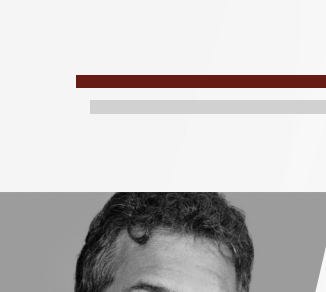
CLDF VOLTA DO RECESSO PARLAMENTAR

Nesta semana, a **Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) retornou do recesso parlamentar ocorrido durante o mês de julho.** Sem reuniões das Comissões marcadas, aconteceram 2 sessões plenárias ordinárias voltadas para discussão. Além disso, foi realizada sessão solene para homenagear os trabalhadores de condomínios na quarta-feira (2). Na quinta-feira (03), a sessão ordinária foi transformada em comissão especial para debater o projeto Zona Verde, PL que trata do serviço de exploração de estacionamento rotativo do DF. Na sexta-feira (04), foi realizada audiência pública para discutir a terceirização dos laboratórios e serviços de radiologia no Distrito Federal. Para a pauta do segundo semestre de 2023, O Presidente da Casa, Wellington Luiz (MDB), afirmou que priorizará projetos de combate à violência contra a mulher e feminicídio. Ademais, a transparência na atuação da CLDF, com a divulgação de informações sobre o projeto de lei e audiências públicas, seguirá norteando os trabalhos da casa.



“Entre os projetos que a Câmara Legislativa planeja votar até o final de 2023 estão a Lei de Parcelamento do Solo e a Lei de Uso e Ocupação do Solo (Luos), bem como a discussão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT). Essas iniciativas são fundamentais para o desenvolvimento sustentável do Distrito Federal, visando um ordenamento urbano mais eficiente e equilibrado”

Wellington Luiz (MDB),
Presidente da CLDF



“Tivemos um semestre muito produtivo, com debates importantes para a cidade e é nesse espírito que retomaremos os trabalhos. Temos pela frente projetos importantes como a revisão da LUOS e, quem sabe, a aprovação do PPCUB, além de propostas que mexem na carga tributária do DF, como o ICMS e a intenção do GDF de abrir crédito suplementar para investimentos em projetos estratégicos do Executivo”

Ricardo Vale (PT),
Vice-presidente da CLDF

SENADO FEDERAL APROVA PL QUE OBRIGA FARMÁCIAS DO SUS A DIVULGAREM OS ESTOQUES DE REMÉDIOS

Em sessão plenária do Senado Federal ocorrida nesta terça-feira (01), foi aprovado o **PL 4673/2019**, que obriga as farmácias que compõe o Sistema Único de Saúde (SUS) a divulgarem aos cidadãos os estoques dos medicamentos disponíveis. De autoria do ex-deputado Eduardo Cury, o projeto acrescenta, na Lei Orgânica da Saúde, a determinação de diferentes instâncias gestoras do SUS de tornarem pública, com atualização quinzenal nos sites, as informações sobre disponibilidade de medicamentos. O aumento da transparência nas informações também possibilitará a diminuição de desperdícios e desabastecimentos. Agora, a matéria vai a sanção presidencial e, caso seja sancionada, entrará em vigor após 180 dias.



“É possibilitar o adequado planejamento, por parte dos gestores de saúde em todos os entes federativos, com o objetivo de garantir o suprimento ininterrupto de medicamentos de uso contínuo aos pacientes que deles necessitam e também assegurar a disponibilidade de todos os fármacos utilizados nos atendimentos ambulatoriais e hospitalares, eletivos e de emergência”

Mara Gabrilli (PSD/SP),
Senadora da República